

***CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA***

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018***

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da  
**Confederação Brasileira de Tênis de Mesa**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, RJ, 26 de março de 2020.

**FSA NETWORK Consultores**  
CRC-RJ-003004/O-2



**Levi O. Soares**  
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**(Em reais, centavos omitidos)**

<b>ATIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	801.252	790.893	Empréstimos bancários	-	1.916
Adiantamentos	726.855	657.726	Obrigações governamentais	265.261	611.960
Outros créditos	87.081	155.336	Contas a pagar	398.810	409.840
	<b>1.615.188</b>	<b>1.603.955</b>	Obrigações fiscais e trabalhistas	388.423	312.987
			Parcelamentos de impostos	13.822	13.822
				<b>1.066.316</b>	<b>1.350.525</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Outros créditos	81.136	81.136	Obrigações governamentais	577.047	472.007
Ativos especiais	219.553	317.996	Fundo especial	219.553	317.996
Imobilizado	1.242.900	1.422.897	Contas a pagar	4.425	22.122
	<b>1.543.589</b>	<b>1.822.029</b>	Parcelamento de impostos	125.546	139.368
				<b>926.571</b>	<b>951.493</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Patrimônio social	1.878.205	1.878.205
			Déficits acumulados	(712.315)	(754.239)
				<b>1.165.890</b>	<b>1.123.966</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.158.777</b>	<b>3.425.984</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.158.777</b>	<b>3.425.984</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>RECEITAS</b>		
<b>Receitas de recursos públicos</b>		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	6.170.463	4.665.982
Lei de Incentivo ao Esporte	132.026	203.624
Convênio Itaipú Binacional	-	40.570
	<u><b>6.302.489</b></u>	<u><b>4.910.176</b></u>
<b>Receitas de recursos próprios</b>		
Anuidades de federações	46.329	42.690
Eventos e torneios	828.260	665.726
Outras receitas operacionais	446.120	570.811
	<u><b>1.320.709</b></u>	<u><b>1.279.227</b></u>
<b>DESPESAS</b>		
<b>Gastos com recursos públicos</b>		
Gastos da Lei Agnelo/Piva	(6.170.463)	(4.665.982)
Lei de Incentivo ao Esporte	(132.026)	(203.624)
Convênio Itaipú Binacional	-	(40.570)
	<u><b>(6.302.489)</b></u>	<u><b>(4.910.176)</b></u>
<b>Gastos com recursos próprios</b>		
Despesas com eventos e torneios	-	(17.785)
Despesas gerais	(1.171.102)	(1.186.478)
Despesas tributárias	(15.410)	(89.672)
Resultado financeiro líquido	(92.273)	183.469
	<u><b>(1.278.785)</b></u>	<u><b>(1.110.466)</b></u>
<b>Superávit do exercício</b>	<u><u><b>41.924</b></u></u>	<u><u><b>168.761</b></u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.878.205</b>	<b>(923.000)</b>	<b>955.205</b>
Superávit do exercício	-	168.761	168.761
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.878.205</b>	<b>(754.239)</b>	<b>1.123.966</b>
Superávit do exercício	-	41.924	41.924
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.878.205</b>	<b>(712.315)</b>	<b>1.165.890</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	41.924	168.761
<b>Ajustes</b>		
Depreciação	228.347	232.492
	<b>270.271</b>	<b>401.253</b>
<b>Variação do ativo/passivo circulante</b>		
Adiantamentos	(69.129)	(102.600)
Outros créditos	68.255	(6.079)
Empréstimos bancários	(1.916)	(26.084)
Obrigações governamentais	(241.659)	(183.025)
Contas a pagar	(28.727)	(29.164)
Obrigações fiscais e trabalhistas	75.436	25.158
Parcelamentos de impostos	(13.822)	(225.360)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>58.709</b>	<b>(145.901)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Imobilizado	(48.350)	(76.374)
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>(48.350)</b>	<b>(76.374)</b>
	<b>10.359</b>	<b>(222.275)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	790.893	1.013.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	801.252	790.893
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.359</b>	<b>(222.275)</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, centavos omitidos)**

#### **1. Contexto operacional**

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, designada pela sigla CBTM, filiada à Federação Internacional de Tênis de Mesa, designada pela sigla ITTF, à União Latino Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla ULTM, à Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla CSATM, ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 30 de maio de 1979.

A CBTM, dentro da sua finalidade desportiva, possui os seguintes principais objetivos:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do tênis de mesa em todos os níveis e manifestações sociais, inclusive os estudantes praticados por alunos das escolas primárias e secundárias;
- b) Representar o tênis de mesa brasileiro junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) Representar o tênis de mesa brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da União Latino-Americana de Tênis de Mesa, Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, da respectiva Federação Internacional de Tênis de Mesa e outras entidades vinculadas, com poderes para celebrar acordos, convenções, convênios e tratados, assim como orientar, coordenar, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito do sistema internacional das suas afiliadas, observando as competências do COB e CPB;
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro;
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos internacionais e olímpicos, e demais atos normativos editados por poderes e órgãos de hierarquia superiores;
- f) Regulamentar as inscrições dos praticantes do tênis de mesa na CBTM e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;

- g) Promover e fomentar a prática do tênis de mesa de alto nível, estudantil, universitário, em empresas públicas e privadas, Forças Armadas e Auxiliares e portadores de deficiências físicas e intelectuais;
- h) Promover o funcionamento de cursos técnicos de aprendizagem e aprimoramento do tênis de mesa;
- i) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige;
- j) Expedir às filiais estaduais, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de tênis de mesa que promoveram ou participaram;
- k) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas dispendo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- l) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas filiadas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional;
- m) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;
- n) Praticar no exercício da direção nacional do tênis de mesa, todos os atos necessários à realização de seus fins;
- o) Desenvolver programas de inserção social em comunidades carentes, por meio de concessão de bolsas de estudos e incentivo a saúde e educação, enquanto princípio fundamental da atividade desportiva;
- p) Fomentar a prática desportiva, não só o tênis de mesa como outras atividades desportivas, divulgando e incentivando o desporto educacional, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- q) Filiar-se ou desfiliar-se a instituições nacionais e interestaduais, após aprovação do Comitê Executivo;
- r) Manter e incrementar as relações amistosas e desportivas entre suas filiadas, incentivando o intercâmbio entre elas;

- s) Aprovar as suas filiadas ou qualquer pessoa física ou jurídica do quadro das suas filiadas, como a permissão destas, a promover cursos, simpósios, estágios, ou de outras atividades de natureza teórica ou prática, em torno da modalidade de tênis de mesa, no território nacional;
- t) Organizar ou autorizar os calendários anuais de eventos nacionais e internacionais oficiais das manifestações da modalidade de tênis de mesa.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**

### **2.1 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Através das demonstrações contábeis do exercício de 2019, o índice de liquidez corrente apurado foi de 1,51 (1,19 no exercício de 2018), que é a capacidade de pagamento da Entidade das suas obrigações de curto prazo, considerando seus recursos de igual prazo.

### **2.2 Principais práticas contábeis**

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

#### **a. Resultado das operações**

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

#### **c. Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

#### **d. Empréstimos bancários**

Os empréstimos bancários tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

#### **e. Passivo circulante**

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

#### **f. Imposto de renda e contribuição social**

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

### g. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

### h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	14.710	14.710
Bancos conta movimento	455.745	235.346
Aplicações financeiras	330.797	540.837
<b>Total</b>	<b><u>801.252</u></b>	<b><u>790.893</u></b>

Os saldos de contas correntes e aplicações financeiras são assim demonstrados por recursos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Recursos próprios</b>	<b><u>359.338</u></b>	<b><u>106.793</u></b>
Comitê Olímpico do Brasil	47.206	18.574
Comitê Paralímpico Brasileiro	47.294	102.477
Ministério do Esporte	1.907	1.907
Lei de Incentivo ao Esporte	-	5.595
<b>Recursos públicos</b>	<b><u>96.407</u></b>	<b><u>128.553</u></b>
<b>Total dos bancos conta movimento</b>	<b><u>455.745</u></b>	<b><u>235.346</u></b>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comitê Olímpico do Brasil	159.160	114.295
Comitê Paralímpico Brasileiro	155.227	117.205
Ministério do Esporte	13.701	13.481
Lei de Incentivo ao Esporte	93	294.556
Outros convênios	2.616	1.300
<b>Total das aplicações financeiras – Recursos públicos</b>	<b><u>330.797</u></b>	<b><u>540.837</u></b>

#### 4. Adiantamentos

Os saldos de adiantamentos representam gastos realizados com recursos públicos que serão ressarcidos ou devolvidos no exercício seguinte. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comitê Olímpico do Brasil	382.833	329.845
Ministério do Esporte	344.022	327.881
<b>Total</b>	<b><u>726.855</u></b>	<b><u>657.726</u></b>

#### 5. Ativos especiais

Os ativos especiais estão representados por aquisições de bens com recursos públicos e estão demonstrados em contrapartida dos fundos especiais no passivo não circulante, com o mesmo saldo. São transferidos para o imobilizado da Entidade quando doados pelas entidades públicas. São assim demonstrados em 31 de dezembro:



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Máquinas e computadores – Comitê Olímpico do Brasil</b>	<b>4.918</b>	<b>4.918</b>
<b>Móveis e utensílios – Comitê Paralímpico Brasileiro</b>	<b>7.084</b>	<b>7.084</b>
Máquinas e equipamentos	6.964	6.964
Computadores e periféricos	5.387	7.282
Materiais esportivos	149.042	149.042
Móveis e utensílios	3.598	5.394
<b>Total de bens – Ministério do Esporte</b>	<b>164.991</b>	<b>168.682</b>
<b>Materiais esportivos – Lei de Incentivo ao Esporte</b>	<b>42.560</b>	<b>137.312</b>
<b>Total</b>	<b><u>219.553</u></b>	<b><u>317.996</u></b>

## 6. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>			<u>2018</u>	
	<b>Taxas anuais de depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor residual</b>	<b>Valor residual</b>
Imóveis	-	20.364	-	20.364	20.364
Móveis e utensílios	10%	128.745	(83.534)	45.211	41.233
Máquinas e equipamentos	10%	296.876	(197.872)	99.004	107.746
Computadores e periféricos	20%	460.725	(432.665)	28.060	46.632
Instalações	10%	9.384	(4.750)	4.634	5.573
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	93.030	(53.445)	39.585	41.062
Software	20%	18.527	(10.625)	7.902	11.607
Material esportivo	10%	1.674.275	(676.135)	998.140	1.148.680
		<b><u>2.701.926</u></b>	<b><u>(1.459.026)</u></b>	<b><u>1.242.900</u></b>	<b><u>1.422.897</u></b>

## 7. Obrigações governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comitê Olímpico do Brasil – COB	(i)	255.567	171.669
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB		9.481	37.448
Ministério do Esporte	(ii)	472.227	472.007
Projeto Lei de Incentivo ao Esporte		105.033	402.843
		<u>842.308</u>	<u>1.083.967</u>
<b>Circulante</b>		<b>265.261</b>	<b>611.960</b>
<b>Não circulante</b>		<b>577.047</b>	<b>472.007</b>

- (i) Durante o exercício de 2019, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 3.579.219 (R\$ 2.655.911 em 2018), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 255.567 (R\$ 171.669 em 2018), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados, ou devolvido ao COB no exercício subsequente.
- (ii) Durante o exercício de 2019, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa manteve o convênio com o Ministério do Esporte, que foi firmado em 2012. Não ocorreram novas receitas recebidas em 2019 (R\$ 192.879 em 2018), para aplicação nos objetos findos de cada contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 472.227 (R\$ 472.843 em 2018), será devolvido ao Ministério do Esporte ou aplicado em projetos no próximo exercício.

Convênio - ME 776456:

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.520.846. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 30 de dezembro de 2015.



Em 31 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.136.306, totalizando R\$ 2.613.153, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 776484:

Em 17 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 2.414.016. O presente contrato vigorou até 30 de dezembro de 2014.

Em 30 de agosto de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de outubro de 2016, e destinação adicional de R\$ 2.240.431, totalizando R\$ 4.654.447, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 777876

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação de atletas olímpicos de tênis de mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.821.269. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de setembro de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.232.400, totalizando R\$ 3.053.669, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 778138

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais e treinamentos de alto rendimento da seleção brasileira de tênis de mesa visando à classificação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 3.553.047. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado por, no mínimo, 60 dias úteis.

Em 30 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.261.827, totalizando R\$ 4.814.874, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

## 8. Contas a pagar

Estão assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços a pagar	361.263	387.682
Utilidades públicas	2.213	4.460
Acordos a pagar	22.122	39.820
Outras contas a pagar	17.637	-
	<u>405.235</u>	<u>431.962</u>
<b>Circulante</b>	<b>398.810</b>	<b>409.840</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.425</b>	<b>22.122</b>

## 9. Obrigações fiscais e trabalhistas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS sobre folha de pagamento	1.738	1.320
IRRF	27.170	20.060
Impostos retidos na fonte	727	1.872
	<u>29.635</u>	<u>23.252</u>
Salários a pagar	82.409	70.162
Férias a pagar	190.783	148.672
Obrigações previdenciárias	85.596	69.901
Outras obrigações trabalhistas	-	1.000
	<u>358.788</u>	<u>289.735</u>
<b>Total</b>	<u><u>388.423</u></u>	<u><u>312.987</u></u>



## 10. Parcelamentos de impostos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
INSS	-	13.822
IRRF	139.368	139.368
	<u>139.368</u>	<u>153.190</u>
<b>Circulante</b>	<b>13.822</b>	<b>13.822</b>
<b>Não circulante</b>	<b>125.546</b>	<b>139.368</b>

## 11. Provisão para contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico, a Entidade possui riscos de perdas classificados como possíveis, que totalizam R\$ 7.889, de processos tributários. Em 2018 apresentava riscos de perdas classificados como possíveis, que totalizam R\$ 3.125.259, Com base na avaliação de seus assessores legais, e que não há a necessidade de provisão para essas contingências.

## 12. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade e pelas doações de bens recebidas.

## 13. Lei Agnelo/Piva

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa ou em contrapartida de contas a pagar. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 6.170.463 (R\$ 4.665.982 em 2018) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio, conforme demonstramos a seguir:

<b>Receitas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
COB	3.579.219	2.655.911
CPB	2.591.244	1.961.052
Solidariedade olímpica	-	49.019
	<b>6.170.463</b>	<b>4.665.982</b>
<b>Gastos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Manutenção da Entidade	842.604	539.353
Programas e projetos de fomento	264.716	318.438
Manutenção de atletas	12.950	1.850
Participações em competições	2.029.742	1.535.543
Centro treinamento	429.207	260.727
<b>Total gastos – COB</b>	<b>3.579.219</b>	<b>2.655.911</b>
Manutenção da Entidade	862.168	743.776
Programas e projetos de fomento	1.229.614	979.633
Manutenção de atletas	75.003	-
Participações em competições	424.459	237.643
<b>Total gastos – CPB</b>	<b>2.591.244</b>	<b>1.961.052</b>
<b>Solidariedade olímpica</b>	<b>-</b>	<b>49.019</b>
	<b>6.170.463</b>	<b>4.665.982</b>

#### 14. Receita com eventos e torneios

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas com eventos	51.219	295.075
Receitas com torneios e competições	777.041	370.651
	<b>828.260</b>	<b>665.726</b>

## 15. Outras receitas operacionais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxas e inscrições de associados	342.315	298.279
Doações	18.862	90.573
Resultado de ganho no imobilizado – COB	48.350	14.862
Outras receitas operacionais.	36.593	167.097
	<u><b>446.120</b></u>	<u><b>570.811</b></u>

## 16. Despesas gerais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	102.409	30.732
Despesas com utilidades e serviços	227.336	314.094
Despesas gerais	521.180	509.659
Depreciação	228.347	232.492
Despesas com férias e encargos	91.830	99.501
	<u><b>1.171.102</b></u>	<u><b>1.186.478</b></u>

## 17. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo, furto, para o imóvel, maquinários, equipamentos, instrumentos, mobiliário, utensílios e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.



## **18. Eventos subsequentes**

Após 31 de dezembro de 2019, não ocorreram fatos em que a Entidade entenda como necessária sua divulgação, além do Coronavírus (COVID-19). Acreditamos ainda não ser possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos próximos demonstrativos contábeis. Adicionalmente, ressaltamos que os impactos ocasionados nas operações, podem advir também do resultado das medidas adotadas para a contenção desta pandemia.

\* \* \*